



Controle Legislativo da Administração Pública



Autor(es)

Stênio Ribeiro De Oliveira
Rhamon Henrique Oliveira De Sousa
Wenzo Sousa Leão

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

A Constituição Federal de 1988 consolidou a separação e harmonia entre os poderes, estabelecendo mecanismos de controle recíproco destinados a assegurar a legalidade, moralidade e eficiência da Administração Pública. Nesse contexto, o Poder Legislativo exerce função fiscalizadora, garantindo que os atos administrativos estejam em conformidade com princípios constitucionais e com o interesse público. O controle legislativo transcende a mera análise de contas, englobando a convocação de autoridades, pedidos de informação e a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Esta pesquisa objetiva compreender os instrumentos, limites e desafios do controle legislativo, enfatizando sua relevância para consolidar a democracia, fortalecer a cidadania e prevenir abusos no exercício do poder administrativo.

Objetivo

Analizar o papel do Poder Legislativo no controle da Administração Pública, identificando instrumentos de fiscalização, limites constitucionais e desafios de efetividade, a fim de compreender sua relevância para a proteção do interesse público, a consolidação da democracia e a promoção da transparência e moralidade administrativas.

Material e Métodos

O estudo foi conduzido por meio de revisão bibliográfica e documental, utilizando doutrina jurídica, artigos acadêmicos e a Constituição Federal de 1988 como principais fontes normativas. Foram analisados autores clássicos e contemporâneos do Direito Constitucional e Administrativo, como José Afonso da Silva, Celso Antônio Bandeira de Mello e Maria Sylvia Zanella Di Pietro, além de relatórios e documentos institucionais do Congresso Nacional e dos Tribunais de Contas.

Resultados e Discussão

O estudo foi conduzido por meio de revisão bibliográfica e documental, utilizando doutrina jurídica, artigos acadêmicos e a Constituição Federal de 1988 como principais fontes normativas. Foram analisados autores clássicos e contemporâneos do Direito Constitucional e Administrativo, como José Afonso da Silva, Celso Antônio Bandeira de Mello e Maria Sylvia Zanella Di Pietro, além de relatórios e documentos institucionais do Congresso Nacional e dos Tribunais de Contas.



Conclusão



O controle legislativo da Administração Pública é essencial para consolidar o Estado Democrático de Direito, garantindo legalidade, moralidade, eficiência e transparência. Apesar dos desafios relacionados à politização e morosidade, o fortalecimento institucional, a independência parlamentar e a cooperação com órgãos técnicos são fundamentais para que a fiscalização seja efetiva, prevenindo abusos e promovendo o interesse público.

Referências

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2017. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/74538>. Acesso em: 11 set. 2025.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2020. Disponível em: <https://pergamum.biblioteca.fgv.br/pergamum/biblioteca/index.php?codAcervo=116233>. Acesso em: 11 set. 2025.
- SALGADO, Eneida Desiree; ARAÚJO, Eduardo Borges Espínola. Controle judicial do processo legislativo: do minimalismo à garantia do devido procedimento legislativo. *Revista de Informação Legislativa*, v. 56, n. 224, p. 79-104, out./dez. 2019. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/596775>. Acesso em: 11 set. 2025.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/8905>. Acesso em: 11 set. 2025.